

3. Diagnóstico Ambiental

A - PLANOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

O empreendimento em questão tem como objetivo a exploração comercial de hidrocarbonetos do Campo de Marlim Sul que, por sua vez, está situado na Bacia de Campos que constitui de, atualmente, como a área de maior desenvolvimento da indústria petrolífera no Brasil.

Nos últimos dois anos, devido a política nacional de desenvolvimento da exploração de petróleo em todo país através do fim da exclusividade detida pela Petrobras e da conseqüente abertura deste mercado para outras empresas, através dos contratos de concessão da ANP - Agência Nacional de Petróleo, a indústria petrolífera brasileira vêm sofrendo uma significativa alavancagem.

Ressalta-se que as atividades de produção de hidrocarbonetos nas bacias sedimentares brasileiras vêm de encontro às premissas do Plano Nacional de Energia, que estabelece o objetivo governamental de elevar a participação do gás natural na matriz energética nacional, dos atuais 2% para 10% no ano 2000 e para 12% até o ano 2010, além de aumentar a produção de hidrocarbonetos líquidos visando atender a demanda interna do país, de forma a tornar-se independente das importações deste insumo, isto é, de forma a atingir a auto-suficiência.

Considera-se, portanto, que o desenvolvimento do campo de Marlim Sul através do início da produção comercial do mesmo, com a instalação das unidades P-40 e P-38, é compatível com os programas governamentais de desenvolvimento do setor petrolífero e, inclusive, faz parte do compromisso estabelecido pela PETROBRAS com a Agência Nacional de Petróleo (ANP), dentro do processo de prospecção de petróleo e gás naquela área.

Tendo em vista que o empreendimento em questão estará localizado “off-shore”, isto é, em região marinha, a que se destacar como programa governamental incidente sobre o mesmo o “REVIZEE”. O programa “REVIZEE - Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva” é meta principal a ser alcançada dentro dos objetivos definidos pelo IV Plano Setorial para os Recursos do Mar (IV PSRM) e entre as responsabilidades assumidas pelo governo brasileiro quando da ratificação de sua adesão à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Este programa visa levantar os potenciais sustentáveis de captura dos recursos vivos na ZEE através do estudo da composição, características ambientais, ocorrência e determinação de biomassas.

Outro programa governamental incidente sobre a área de influência indireta do empreendimento refere-se ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). A região costeira apresenta-se como um dos esforços do governo brasileiro, no sentido de definir para essas áreas o planejamento e implementação de um gerenciamento costeiro (GERCO), que seja capaz de fornecer mecanismos para orientar as ações nesta área, visando seu desenvolvimento sustentado.

Partindo-se para o contexto dos municípios inseridos na área de influência indireta do empreendimento, a que se destacar alguns programas governamentais a nível federal, estadual e municipal, voltados para as áreas de turismo, meio ambiente e desenvolvimento econômico.

No que se refere ao processo de modernização econômico-social desencadeada nos municípios da área de influência do empreendimento, devemos destacar o interesse surgido na última década em relação a indústria do turismo. Além do incremento das taxas de ocupação dos equipamentos hoteleiros existentes,

devido ao intenso movimento de embarque/desembarque nas plataformas petrolíferas, a recente criação do Parque Nacional de Jurubatiba, acentuaram significativamente este interesse por parte do poder público local.

Em cada um dos três Municípios envolvidos já houve a criação do Conselho Municipal de Turismo de forma que todos participam do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, da EMBRATUR, embora as condições operacionais já existentes sejam distintas em cada um dos municípios.

Em Carapebus, em função da incipiente estrutura hoteleira, não existe ainda o turismo propriamente dito. No entanto, estão sendo feitos esforços para criação de eventos com o objetivo de divulgar o município, que já detém o Selo de Município Prioritário para o Desenvolvimento do Turismo, da EMBRATUR.

A atividade turística no município de Macaé se caracteriza principalmente pelo turismo de negócios, em função da indústria do petróleo. Para fomentar a atividade turística foi criada em 1997 a Empresa Municipal de Turismo “MACAÉTUR”, que vem trabalhando no sentido de diversificar a atividade e ampliar a capacidade de carga do município no que se refere à infra-estrutura básica para recepção ao visitante.

Em Macaé também se verificam esforços por parte do município com vistas à capacitação de mão-de-obra para os diversos níveis do setor. Atualmente, o CEFET Campos - Unidade Macaé oferece o Curso Técnico de Turismo. Já foram realizados cursos de qualificação básica para atender a demanda emergencial dos distritos serranos: o Guia de Atrativos Mirim no distrito de Sana, através da MACAÉTUR e parceiros, e o Curso de Condutores de Ecoturistas, em Glicério, pelo CEFET e parceiros. Também foi proposto ao Programa de Emprego e Renda (PRODER) a criação de um Centro de Turismo Ecológico, com o objetivo de tornar a região serrana auto-sustentável.

Em Quissamã, o turismo de pequenos negócios e de lazer justificou o Selo de Potencialmente Turístico da EMBRATUR. A prefeitura tem investido neste setor, buscando parcerias oficiais para desenvolvê-lo. Em 1999 foi realizado um Curso de Guia Turístico, pelo FAT e negocia, atualmente, com o CEFET Campos a criação de um Curso Técnico de Turismo.

O processo de criação do Parque Nacional de Jurubatiba - PARNA motivou o estabelecimento de um Termo de Cooperação entre os três municípios, o IBAMA e o SEBRAE para viabilizar o desenvolvimento do turismo de forma integrada na região do Parque.

Cobrindo 14,8 ha ao longo do litoral dos três Municípios, o recém-criado Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba - PARNA, provavelmente representa o principal programa ambiental da região. O PARNA da Restinga de Jurubatiba apresenta uma das maiores diversidades de ecossistemas costeiros do litoral brasileiro, destacando-se diferentes tipos de mata de restinga, mata atlântica em diversos estágios, manguezais, vários tipos de lagoas costeiras e brejos, entre outros. Ainda em fase de implantação, o PARNA terá submetido ao IBAMA, às Prefeituras Municipais envolvidas e às comunidades locais seu primeiro Plano de Manejo, em fase de elaboração por equipe da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nos três Municípios envolvidos há grande expectativa em relação a este Plano de Manejo em razão do potencial turístico que a área do PARNA representa.

Além deste Parque Nacional, a região dispõe de outras unidades de conservação já implantadas ou projetadas. Há um Parque Municipal no Arquipélago de Santana e um Parque Ecológico Municipal na Fazenda Atalaia. A municipalidade de Macaé propõe a criação do Parque das Cachoeiras do Sana e o Parque do Manguezal da Colônia Leocádia.

A que se ressaltar também, que a área considerada conta com abundância de recursos hídricos, os quais vem sendo bastante agredidos pelos despejos domésticos e industriais. Em relação a isto, as Prefeituras dos Municípios envolvidos e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro desenvolvem projetos para criação e implantação de um consórcio intermunicipal de gerenciamento das bacias hidrográficas dos rios Macaé e Macabú, Lagoa Feia e Região Costeira. O consórcio está próximo de ser estabelecido e representará um instrumento jurídico e de decisão para a solução dos problemas relativos à proteção e recuperação dos recursos hídricos da região.

Outro programa ambiental em desenvolvimento e de grande significado para a área é o do NUPEM - Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé. Desde 1992 o projeto "Estudos Ecológicos das Lagoas Costeiras do Norte Fluminense, Macaé-RJ - ECOLAGOAS" vem estudando os ecossistemas costeiros desta região. Como decorrência deste projeto foi criado o NUPEM, fruto de convênio estabelecido entre a UFRJ, através do Laboratório de Limnologia, a Petrobrás e a Prefeitura de Macaé. O NUPEM dispõe de laboratório bem equipado, sala de aula, biblioteca, refeitório e alojamentos para pesquisadores e estudantes. Através de convênios cooperativos vem recebendo pesquisadores de várias universidades do Brasil e de outros países, gerando conhecimentos importantes para as áreas tropicais no campo da Ecologia. As diversas linhas de pesquisa desenvolvidas por todos os grupos mencionados têm gerado resultados que podem contribuir para o planejamento do uso racional dos recursos.

A partir de 1997 o NUPEM vem repassando os conhecimentos científicos produzidos para as comunidades da área pesquisada e seu entorno, através de cursos de capacitação para professores da rede pública dos Municípios. Com o apoio da Petrobrás, os cursos integram-se ao Programa Pró-Ciências com financiamento CAPES/FAPERJ, capacitando professores na área de Biologia objetivando a melhoria da qualidade da educação usando a Ecologia como conteúdo integrador. Do programa participam alunos dos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-graduação em Ecologia da UFRJ e alunos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da mesma instituição. Os cursos são realizados duas vezes por ano, nos períodos de férias escolares, recebendo professores-cursistas de todos os Municípios da Regiões Norte e Noroeste Fluminense e Região dos Lagos.

Com relação ao desenvolvimento econômico, as prefeituras locais estão mobilizadas no sentido de desenvolver parcerias em várias instâncias governamentais e junto às empresas de grande porte para a promoção do desenvolvimento em seus municípios.

Um exemplo deste esforço é o programa desenvolvido entre a Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca de Macaé, o SEBRAE e a EMATER com vistas a incentivar o associativismo rural e a formação de cooperativas de pequenos agricultores.

Observa-se também, que após a instalação do pólo de fruticultura da região norte/nordeste do Estado do Rio de Janeiro, as Prefeituras, através de suas secretarias de Agricultura passaram a desenvolver programas de mobilização e incentivo aos produtores rurais para o plantio de maracujá, abacaxi, pinha e coco. A indústria de polpas e sucos estabelecida em São Fidélis representa um mercado consumidor cuja demanda estimada será, brevemente, de cem quilos de frutos por dia. É interessante ressaltar que o Município de Macaé é sede do Centro de Pesquisas da Pesagro-Rio, mantendo um corpo de pesquisadores com experiência na área de fruticultura.

O setor pesqueiro, principal penalizado pela indústria petrolífera, ainda é considerado de vital importância dentro do contexto social e econômico da área de influência do empreendimento. Há forte demanda do setor por programas e projetos de desenvolvimento. O ponto de maior fragilidade da pesca ainda é, sem dúvida nenhuma, o próprio pescador e a precariedade das embarcações artesanais. A seguir vêm as necessidades infra-estruturais para desembarque, conservação e distribuição.

Os programas existentes para o setor pesqueiro procuram atender tais demandas, através da Cooperativa. Há um projeto na área para a criação de uma Escola de Pesca havendo diversos órgãos interessados, como as Prefeituras, representadas por algumas Secretarias, e Conselhos Estaduais e Federais. A FUNEMAC - Fundação de Macaé de Educação e Cultura, uma representação da Universidade Federal Fluminense no Município, está disposta a implantar a Escola de Pesca, com o apoio dos Municípios e do Conselho Estadual de Educação.

Em relação a Indústria e ao Comércio, a presença das atividades petrolíferas, pelo número de empregos diretos e indiretos gerados, pelo aporte populacional induzido e pelos recursos econômicos trazidos, passaram a influenciar os rumos do desenvolvimento. Assim, os programas locais para estes setores da economia concentram-se na qualificação de mão-de-obra e no estabelecimento da infra-estrutura indispensável para acompanhar as demandas. Destacamos, em relação a isto, a construção e operação da Usina Termoelétrica de Cabiúnas, resultante de um consórcio de várias empresas nacionais e multinacionais que muito contribuirá neste sentido. Outro projeto importante é o da instalação do "call center" da empresa de telefonia Vésper que prestará serviços para 16 Estados da Região Norte/Leste do país.

Pelo exposto, conclui-se que os planos e programas governamentais propostos ou em desenvolvimento nesta região não são incompatíveis com o empreendimento em análise.

B - LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL À ATIVIDADE

A seguir encontram-se listados os dispositivos legais que se aplicam diretamente ou indiretamente ao licenciamento, a implantação e a operação do empreendimento em questão. Estes dispositivos estão agrupados em 4 tópicos, a saber: Legislação Internacional, Federal, Estadual e Municipal.

LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL

MARPOL - Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição causada por Navios: 73/78, suas emendas de 1984 e seus anexos opcionais III, IV e V.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Constituição da República Federativa do Brasil - Que no artigo 225, parágrafo 1º, itens IV e V, dispõem sobre a exigência de Estudo de Impacto Ambiental da atividade poluidora e controle da poluição das atividades que venham a causar riscos à vida, a qualidade de vida e ao meio ambiente.

Lei n.º 5.357, de 17 de novembro de 1967 - Estabelece penalidades para embarcações e terminais marítimos e/ou fluviais que lançarem detritos ou óleo em águas brasileiras.

Decreto-lei n.º 1.413, de 14 de agosto de 1975 - Dispõe sobre o controle do meio ambiente provocada por atividades industriais.

Decreto n.º 76.389, de 3 de outubro de 1975 - Dispõe sobre as medidas de prevenção e controle da poluição industrial de que trata o Decreto - Lei n.º 1.413/75, e dá outras providências.

Decreto n.º 83.540, de 4 de junho de 1979 - Regulamenta a aplicação da Convenção Internacional sobre responsabilidade civil em danos causados por poluição por óleo.

Lei Federal n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus afins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Resolução CONAMA n.º 004 18, de setembro de 1985 - Estabelece as reservas ecológicas.

Resolução CONAMA n.º 001, de 23 de janeiro de 1986 - Estabelece as definições, responsabilidades, critérios básicos e diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação do Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

Resolução CONAMA n.º 006 de 24.01.86 - Aprova os modelos de publicação de pedidos de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão e aprova os novos modelos para publicação de licenças, conforme instruções fornecidas.

Resolução CONAMA n.º 020, de 18 de junho de 1986 - Classifica as águas doces, salobras e salinas.

Resolução CONAMA n.º 009 de 03.12.87 - Dispõe sobre as audiências públicas.

Lei n.º 7.661, de 16 de maio de 1988 - Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

Resolução CONAMA n.º 006 de 15.06.88 - Dispõe sobre o controle específico dos resíduos perigosos.

Lei n.º 7.804 de 18 de julho de 1989 - Altera a Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Resolução CONAMA n.º 012, de 14 de dezembro de 1989 - Dispõe sobre proibição de atividades, que especifica, nas Áreas de relevante Interesse Ecológico - AIREs.

Resolução CONAMA n.º 005 de 15 de junho de 89 - Institui o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – PRONAR.

Decreto n.º 99.274 de 06 de junho de 1990 - Regulamenta a Lei n.º 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Reservas ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências.

Resolução CONAMA n.º 003 de 28 de junho de 90 - Estabelece padrões de qualidade do ar, previstos no PRONAR.

Resolução CONAMA n.º 006, de 17 de outubro de 1990 - Dispõe da necessidade de comunicar aos órgãos ambientais a aplicação de dispersantes químicos em vazamentos, derrames e descargas de petróleo e seus derivados

Resolução CONAMA n.º 008 de 06.12.90 - Estabelece, em nível nacional, limites máximos de emissão de poluentes do ar para processos de combustão externa em fontes novas fixas de poluição.

Resolução CONAMA n.º 013 de 06.12.90 - Dispõe sobre as atividades nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, que possam afetar a biota.

Resolução CONAMA n.º 006 de 19.09.91 - Dispõe sobre a incineração ou qualquer outro tratamento de queima dos resíduos sólidos provenientes dos estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos.

Resolução CONAMA n.º 006 de 19 de setembro de 1991 - Dispõe sobre a incineração de resíduos sólidos provenientes dos estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos.

Resolução CONAMA n.º 005, de 05 de agosto de 1993 - Define normas para tratamento de resíduos sólidos oriundos dos serviços de saúde, portos e aeroportos, bem como a necessidade de estender tais exigências aos terminais ferroviários e rodoviários.

Resolução CONAMA n.º 009, de 31 de agosto de 1993 - Dispõe sobre óleo lubrificante: uso, gerenciamento e reciclagem.

Resolução CONAMA n.º 023 de 07.12.94 - Institui procedimentos específicos para o licenciamento das atividades relacionadas à exploração e lavra de jazidas de combustíveis líquidos e gás natural

Resolução CONAMA n.º 037 de 30.12.94 - Dispõe sobre os resíduos perigosos.

Lei n.º 9.478 de 06 de agosto de 1997 - Dispõe sobre a Política Energética Nacional, as atividades relativas ao monopólio de petróleo, institui o Conselho de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo.

Resolução CONAMA n.º 237, de 19 de dezembro de 1997 - Revisa os procedimentos e critérios utilizados no processo de licenciamento ambiental.

Portaria Normativa IBAMA n.º 113 de 25.09.97 - Estabelece critérios sobre obrigatoriedade do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

Lei n.º 9.605 de 13 de fevereiro de 1998 - Define sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Decreto 2.508 de 04 de março de 1998 - Promulga a Convenção Internacional para a prevenção da poluição causada por navios, concluída em Londres, em 02 de novembro de 1973, seu protocolo, concluído em Londres, em 17 de fevereiro de 1978, suas emendas de 1984 e seus anexos opcionais III, IV e V.

Decreto 2.870 de 12 de dezembro de 1998 - Promulga a Convenção Internacional sobre preparo, resposta e cooperação em caso de poluição por óleo, assinada em Londres, em 30 de novembro de 1990.

Decreto n.º 2.956 de 03 de fevereiro de 1999 - Aprova o V Plano Setorial para os Recursos do Mar.

Decreto n.º 3.179 de 21 de setembro de 1999 - Dispõe sobre a especificação de sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Lei n.º 9.966, de 28 de abril de 2000 - Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Constituição Estadual – Capítulo do Meio Ambiente.

Decreto-lei n. 134 de 16.03.1975 - Dispõe sobre a prevenção e o controle da Poluição do Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro.

Lei n. 1.361 de 06.10.88 - Regula a estocagem, o processamento e a disposição final de resíduos industriais tóxicos.

Lei n. 1.898 de 26.11.91 - Dispõe sobre a realização de Auditorias Ambientais.

Lei n. 2.011 de 10.07.92 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de Programa de Redução de Resíduos.

Lei n. 2.110 de 28.04.93 - Cria o Sistema Estadual de Recolhimento de Pilhas e Baterias.

Decreto n° 897 de 21.09.76 - Código de segurança contra incêndio e pânico.

Decreto n. 8.974 de 15.05.86 - Regulamenta a aplicação das penalidades previstas no Decreto-lei n. 134, de 16.06.75; alterado pelo Decreto n. 21.287, de 23.01.95.

Decreto n. 8.975 de 15.05.86 - Aprova o Regulamento dos Serviços de Controle, Coleta e Destino Final dos Despejos Industriais do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Decreto n. 15.121 de 19.07.90 - Altera os artigos 4º, 10º e 12º do Decreto n. 8.974, de 15.05.86.

Decreto n. 21.470-A de 05.06.1995 - Regulamenta a Lei n. 1.898, de 26.11.91, que dispõe sobre a realização de auditorias ambientais.

Deliberação CECA n. 673 de 27.06.85 - Aprova a DZ-1310 – Diretriz de Implantação do Sistema de Manifesto de Resíduos Industriais.

Deliberação CECA n. 935 de 07.07.86 - Aprova a DZ-545 – Diretriz de Implantação do Programa de Autocontrole de Emissões para atmosfera – PROCON AR.

Deliberação CECA n. 1.007 de 04.12.86 - Aprova a NT 202 R.10 – Critérios e Padrões para Lançamento de Efluentes Líquidos.

Deliberação CECA n. 1.948 de 04.09.90 - Aprova NT- 213 R.4 – Critérios e Padrões para Controle da Toxicidade em Efluentes Líquidos Industriais.

Deliberação CECA n. 1.995 de 10.10.90 - Aprova DZ 942 R.7 – Diretriz do Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos – PROCON ÁGUA.

Deliberação CECA n. 3.327 de 29.11.95 - Aprova a DZ 1.311 R.4 – Diretriz de Destinação de Resíduos.

Deliberação CECA/CN 3.427 de 14.11.95 - Aprova a DZ 056 R.2 – Diretriz para Realização de Auditoria Ambiental.

LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

Lei Orgânica do Município: Seção do Meio Ambiente - Estabelece diretrizes ambientais para o município.

LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ

Lei Orgânica do Município - Seção do Meio Ambiente - Estabelece diretrizes ambientais para o município.

LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

Lei Orgânica do Município - Seção do Meio Ambiente - Estabelece diretrizes ambientais para o município.